

**ATA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS –
CEHIDRO.**

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às 14h 15min no Auditório do Parque Massairo Okamura ocorreu a 74ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da 73ª Reunião Ordinária; Apreciação da Minuta de Resolução nº 107 – Aprova o formulário de autoavaliação para o ano de 2017; Apreciação da Minuta de Resolução nº 108 – Altera Quadro-Resumo do Anexo I da Resolução nº 101, de 08 de março de 2018, que aprova o Plano Plurianual de Aplicação dos recursos do Progestão para o quinquênio 2018-2022; Agendamento da 21ª Reunião da CTAS; Reativação da Câmara Técnica de Acompanhamento do PERH – CTPERH – definição dos membros; Apresentação do TAC assinado entre Águas Cuiabá, SEMA e MP – Proibição à outorga de águas subterrâneas; Informes; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida inicialmente pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente e Presidente do CEHIDRO Sr. André Luis Torres Baby, assessorado pelo Secretário Executivo do CEHIDRO Sr. Murilo Morgandi Covezzi e pela Secretária do CEHIDRO Sra. Sibelle Jakobi, e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sr. Juraci de Ozeda Ala Filho, representante da SEPLAN; Sras. Telma Luzia Monteiro e Letícia Bertaia, representantes da SES; Sra. Denise Pontes Duarte, representante da SECID; Sr. Joselir Gomes da Silva Júnior, representante do IBAMA; Sra. Sara Suely Attilio Caporossi, representante da ABES; Sra. Débora Perozzo, representante da ABAS; Sra. Maurren Lazzaretti, representante da OAB; Sr. Álvaro Fernando Cícero Leite, representante da FIEMT; Sra. Lucélia Denise Perin Avi, representante da FAMATO. A Reunião foi aberta pelo Presidente, que agradeceu a presença de todos colocando que aquela é a sua primeira oportunidade de conduzir o CEHIDRO devido a uma série de conflitos de agenda, ponderando que irá fazer todo o possível para participar das demais reuniões. Em seguida o Presidente passou à apreciação da Ata da 73ª Reunião Ordinária, questionando se alguém teria alguma consideração a fazer, ninguém se manifestando o Presidente colocou em votação a Ata da 73ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade, o Presidente informou aos presentes que há uma solicitação de inclusão de pauta por parte da Secretaria Executiva do CEHIDRO, e passou a palavra ao Secretário Executivo, que colocou que na 73ª reunião foi feita uma alteração do Art. 50 da Minuta de Alteração da Lei nº 6.945/97, que trata da Política Estadual de Recursos Hídricos, onde se aprovou que a exigência de outorga para o licenciamento ambiental ocorresse no momento da solicitação de licença de instalação, e não da licença prévia, como forma de agilizar os processos e também devido à licença de instalação verificar somente a viabilidade da localização do empreendimento, e sua alteração ser menos burocrática e morosa que a alteração da outorga. Complementou que o processo foi encaminhado posteriormente Subprocuradoria de Meio Ambiente e o Subprocurador verificou que esta alteração não fere o processo de licenciamento porem contraria a Resolução Conama nº 279/2001, que trata do licenciamento ambiental simplificado de

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

37 empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental, ponderando que durante
38 reunião com o mesmo ficou acordado que a inserção de um parágrafo único no Art. 50 da Minuta com
39 o texto "Parágrafo Único Não se aplica o dispositivo no caput nos procedimento de licenciamento
40 ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental,
41 conforme § 2º do artigo 3º da Resolução CONAMA Nº 279 de 27 de junho de 2001" resolveria a
42 questão, colocando eu a proposta que a Secretaria Executiva traz ao Pleno do CEHIDRO é a inserção
43 deste parágrafo único no Art. 50 da Minuta. O Presidente ponderou que não é somente uma questão
44 jurídica, mas também técnica, por para estes empreendimentos é necessário se ter conhecimento da
45 disponibilidade hídrica anteriormente. O Secretário Executivo destacou que esta mudança se refere ao
46 procedimento de licenciamento somente dos empreendimentos hidroelétricos conhecidos como CGH,
47 sendo que as demais modalidades hidroelétricas têm a solicitação da Declaração de Reserva de
48 Disponibilidade Hídrica para subsidiar o processo, a qual posteriormente é convertida em outorga. O
49 conselheiro Joselir Gomes ponderou que fica receoso em emitir a licença prévia sem a avaliação da
50 disponibilidade hídrica, ao que a Conselheira Lucélia Avi colocou que a licença prévia analisa somente
51 a localização do empreendimento, e não sua viabilidade ambiental como um todo. O Secretário
52 Executivo colocou que existe uma ferramenta de suporte a tomada de decisão que permite aos
53 técnicos do setor de licenciamento consultar a disponibilidade hídrica no local. O Sr. José Roberto
54 questionou se não ira emperrar o processo de emissão de licenças, mesmo que seja utilizado água
55 subterrânea, ao que o Secretário Executivo respondeu que irá facilitar e agilizar o processo, uma vez
56 que permitirá a emissão da licença prévia sem a obrigatoriedade de outorga. O Presidente colocou em
57 votação a inclusão de pauta, o que foi aprovado pelos presentes. De forma a agilizar a reunião e por
58 todos os pontos de discussão já terem sido abordados, com anuência dos presentes, o Presidente
59 colocou em votação a inclusão do Parágrafo único no Art. 50 da Minuta de Alteração da Lei nº
60 6.945/97, que trata da Política Estadual de Recursos Hídricos com o texto "Parágrafo Único Não se
61 aplica o dispositivo no caput nos procedimento de licenciamento ambiental simplificado de
62 empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental, conforme § 2º do artigo 3º
63 da Resolução CONAMA Nº 279 de 27 de junho de 2001", a qual foi aprovada pela maioria dos
64 presentes, com abstenção do IBAMA. O Presidente passou então ao próximo ponto da Pauta,
65 colocando em apreciação a Minuta de Resolução nº 107 que aprova o formulário de autoavaliação
66 para o ano de 2017, passando a palavra ao Secretário Executivo, que colocou que esta autoavaliação
67 faz parte do Programa Progestão, e deveria ter sido apreciada no CEHIDRO e encaminhada
68 juntamente com o Relatório que foi encaminhado em março, porem devido a um erro de interpretação
69 não foi encaminhado e solicitamos à ANA um prazo para que pudéssemos submeter ao Conselho e
70 encaminhá-lo. A Secretária do CEHIDRO complementou que no contrato que rege o Progestão Ciclo 2
71 fala que o cumprimento das metas estadual não terá impacto financeiro para o primeiro ano de
72 certificação do segundo ciclo, que é o ano de 2017, e houve o entendimento equivocado da equipe de

73 que não seria necessário submeter ao CEHIDRO o formulário de autoavaliação, que é a forma de
74 comprovar o atendimento das metas de fortalecimento do Sistema Estadual. Esclareceu aos presentes
75 que o Progestão possui dois tipos de metas, as metas federativas, que são estabelecidas ano a ano
76 pela ANA, e as metas de fortalecimento do Sistema Estadual, na qual os Estados tem que atingir um
77 nível mínimo em uma série de variáveis, de acordo com a tipologia adotada pelo Estado, destacando
78 que Mato Grosso adotou a tipologia "B" através de deliberação do CEHIDRO. Ponderou ainda que o
79 numero de variáveis a serem atingidos o nível mínimo varia ano a ano, porém já atendemos todas as
80 variáveis para o ano de 2017 e também para os anos posteriores. O Presidente colocou em votação a
81 Minuta de Resolução nº 107 que aprova o formulário de autoavaliação para o ano de 2017, a qual foi
82 aprovado por unanimidade. O Presidente colocou em apreciação a Minuta de Resolução nº 108 que
83 altera Quadro-Resumo do Anexo I da Resolução nº 101, de 08 de março de 2018, que aprova o Plano
84 Plurianual de Aplicação dos recursos do Progestão para o quinquênio 2018-2022, passando a palavra
85 ao Secretário Executivo, que colocou que esta proposta foi baseada em um estudo solicitado à COH
86 para viabilizar o remanejamento de recursos de forma a viabilizar a aquisição de veículos e drones
87 para utilizar na implementação da Política de Segurança de Barragens. A Secretária do CEHIDRO
88 colocou que o planejamento da aplicação dos recursos é um processo dinâmico, onde algumas vezes
89 será necessária adequação, seja devido a alguma alteração de valores ou ainda a não viabilidade de
90 execução de alguma atividade ou surgimento de demandas mais urgentes. Ponderou que a proposta é
91 atualizar a Resolução nº 101, adequando as atividades ao que realmente foi realizado e às novas
92 demandas que surgiram para a implementação da gestão de recursos hídricos no Estado. Apresentou
93 os recursos que foram remanejados bem como as atividades que foram incluídas e ou incrementadas.
94 O conselheiro Joselir Gomes ponderou que sempre verifica que a água subterrânea é desfavorecida
95 em relação ao recurso aplicado para a água superficial, destacando que são necessários se elaborar
96 estudos para a utilização de águas subterrâneas e a necessidade do cumprimento da Resolução
97 CNRH 92/2008. O Presidente colocou que será solicitado que sejam feitas alterações de forma a
98 incluir a solicitação do conselheiro, bem como rever a utilização de recursos para passagens e diárias.
99 A secretária do CEHIDRO ponderou que o recurso destinado à passagens e diárias não está
100 superestimado uma vez que este recurso é para atender todas as atividades da SURH, como
101 representações junto a outras entidades como CNRH, GAP, Fórum de Comitês de Bacia, para o
102 atendimento das metas do Progestão, como manutenção da rede telemétrica e a fiscalização e
103 classificação de barragens, e ainda emissão de outorgas, participação nos comitês, acompanhamento
104 da elaboração do Plano das UPGs P2/P3, entre diversas outras atividades. O sr. José Roberto colocou
105 que todos os mapeamentos hidrogeológicos são realizados pela CPRM, pode se verificar se a mesma
106 poderia fazer estes estudos em regime de parceria. O Presidente passou ao próximo item da pauta,
107 ficando definido que devido ao baixo numero de integrantes da CTAS a data da próxima reunião da
108 mesma seria definido via aplicativo de mensagens. Dando continuidade, o Presidente passou a

109 palavra a Secretária do CEHIDRO, que colocou que é necessário se reativar a Câmara Técnica de
110 Acompanhamento do PERH, uma vez que a mesma será responsável pelo acompanhamento da
111 Elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos das UPGs Alto Paraguai Médio e Alto Paraguai
112 Superior (PRH P2/P3), ponderando que se seguirá o modelo utilizado no PRH Paraguai, sendo
113 definido um Grupo Técnico de Acompanhamento, que será composto por representantes do Órgão
114 Gestor, dos Comitês e da CTPERH. Colocou que a CTPERH é integrada pelas entidades SEMA;
115 Águas Xingu; SECID; FIEMT; FAMATO; UNEMAT; SEDUC e ABES, ao que a OAB e a SES
116 solicitaram a participação, o que foi aprovado. A secretária do CEHIDRO complementou que irá
117 constituir o grupo e entrará em contato quando do agendamento da primeira reunião. O presidente
118 passou então a apresentação do TAC assinado entre Águas Cuiabá, SEMA e Ministério Público, que
119 trata da proibição à outorga de águas subterrâneas. O Secretário Executivo colocou que este TAC foi
120 assinado com base em estudos de professores da UFMT onde se levantou que a grande maioria dos
121 poços tubulares da região de Cuiabá tem menos de 50 metros de profundidade, não atingindo o
122 aquífero, e devido a isto existe um grande risco dos mesmos estarem contaminados, destacando ainda
123 que esta em contato com a Águas Cuiabá verificando a melhor forma de viabilizar o atendimento ao
124 TAC. O conselheiro Joselir Gomes questionou se para se ter a emissão da outorga de captação
125 subterrânea será necessário se solicitar permissão para a Águas Cuiabá, ao que o Secretário
126 executivo respondeu que a Águas Cuiabá deverá emitir uma certidão de que não há abastecimento
127 público na região para permitir a emissão da outorga. A conselheira Maurren Lazzaretti questionou se
128 o artigo 2.1 significa que não será feita a renovação das outorgas, ao que foi respondida
129 afirmativamente. A conselheira Lucélia Avi questionou se a concessionária terá alguma
130 responsabilização caso não forneça água durante 24 horas todos os dias como citado, ao que o
131 Presidente colocou que se ela falou que tem essa disponibilidade deverá atender, podendo ser
132 responsabilizada por isto. O presidente sugeriu que fosse feita uma moção ou outro posicionamento do
133 CEHIDRO solicitando à concessionária que apresente uma comprovação do fornecimento interrupto. A
134 conselheira Lucélia Avi sugeriu que somente seja realizado o tamponamento de poços onde a
135 concessionária comprove o abastecimento contínuo, de forma a evitar o prejuízo ao empreendedor. O
136 sr. José Roberto ponderou que foi falado que o TAC foi baseado em um estudo da UFMT que
137 identificou que os poços tem em sua maioria menos de 50 metros de profundidade, colocando que
138 acha um embasamento muito subjetivo para um TAC e que gostaria de ver o números, pois acredita
139 que a grande maioria tenha profundidade superior, e solicitou que a SEMA faça um levantamento e
140 apresente, uma vez que tem mais propriedade em virtude de possuir os dados de outorga. Questionou
141 ainda se não seria necessário que o TAC fosse discutido no CEHIDRO, ao que foi respondido pelo
142 presidente que não, pois compete ao órgão gestor. O sr. José Roberto questionou ainda em que lei se
143 baseia esta proibição de livre utilização do investimento, ponderando eu existe neste TAC um fator
144 econômico que é a concessionária objetivando lucro ao restringir o direito de outra fonte. A conselheira

145 Denise Pontes colocou que se baseia na Lei de Saneamento Básico de acordo com a saúde pública.
146 O conselheiro Álvaro Leite ponderou que a concessionária sempre irá das o atestado de atendimento,
147 colocando que possui duvidas se a mesma possui capacidade para o fornecimento de recursos
148 hídricos necessários para a produção de bens, sugerindo que se convide os professores que
149 elaboraram os estudos para apresentar o mesmo, a Águas Cuiabá, a ARSEC e o Ministério Público
150 através da Subprocuradoria para que possam discutir melhor este TAC na próxima reunião ordinária, o
151 que foi aprovado por unanimidade. A conselheira Lucélia Avi colocou que é valido chamar a UFMT
152 para se conhecer a metodologia aplicada no estudo e verificar a validade da mesma. O conselheiro
153 Juracy Ala colocou que poços de 50 metros não tem uma vida útil muito grande, que são necessários
154 pelo menos 120 ou 150 metros para uma vazão razoável, ponderando ainda que o grupo Cuiabá tem
155 uma qualidade ruim e não se podem confiar muito nos dados. A conselheira Telma Monteiro
156 questionou se seriam lacrados comente os poços com menos de 0 m que apresentassem problemas
157 de contaminação, ao que foi respondida que todos serão lacrados, ponderando em seguida que a
158 Saúde exige um padrão de qualidade e o que vale é a potabilidade ou não da água, caso seja potável o
159 setor de Saúde não pode impedir o uso do recurso, porem as exigências de parâmetros a serem
160 avaliadas são tão elevadas que na maioria dos casos os empreendedores preferem adquirir a água da
161 concessionária por ser mais barato, ponderando ainda que caso se lacrem todos os poços
162 possivelmente a concessionária não terá condições de atender todos, por ter seu planejamento
163 focado somente no abastecimento humano. A conselheira Sara Caporossi ponderou que se deve
164 questionar à concessionaria se a mesma tem condições de fornecer água de forma contínua. O sr.
165 José Roberto colocou que há trinta anos se sobre com o desabastecimento de água em Cuiabá e a
166 Águas Cuiabá está querendo proibir a utilização de poços. O conselheiro Álvaro leite ponderou que a
167 Águas Cuiabá pode ser uma vítima do entendimento do Ministério Público, ao que o sr. José Roberto
168 ponderou que a mesma provocou a assinatura do TAC. A conselheira Sara Caporossi colocou que já
169 solicitou em reunião anterior a apresentação dos dados referentes ao enquadramento transitório, que a
170 concessionária, na época a CAB, ficou responsável de fornecer mas que até o momento não foi
171 apresentado ao CEHIDRO. O Secretário Executivo colocou que os dados foram encaminhados pela
172 concessionária, porem em papel e não em meio digital, como não temos pessoal para disponibilizar
173 para fazer a tabulação destes dados estamos em contato com a concessionária para verificar se
174 poderia disponibilizar alguém para fazer este serviço, sendo complementado pela Secretária do
175 CEHIDRO que não foi esquecida a solicitação, porem a Secretaria Executiva ainda não teve meios de
176 atende-la e apresentar o relatório. O Presidente então passou aos informes, passando a palavra ao
177 Secretário Executivo, que colocou aos conselheiros que ocorreu a eleição para as vagas dos
178 conselhos estadual de recursos hídricos no CNRH, colocando que foi garantida a vaga do CEHIDRO
179 em parceira com o Estado de Goiás, onde se constou em ata que a titularidade será exercida por um
180 ano por Goiás, passando no ano posterior ao Mato Grosso e assim continuamente até o fim do

181 mandato, garantindo-se ainda as vagas nas câmaras técnicas de interesse. Informou aos conselheiros
182 que no período de 05 a 08 de junho aconteceu o X Seminário Estadual de Recursos Hídricos, que não
183 ocorria há nove anos, destacando que o mesmo ocorreu em parceria com a Semana do meio
184 Ambiente e que o mesmo se mostrou muito proveitoso, com diversas palestras e mesas redondas de
185 interesse, discutindo a gestão de recursos hídricos no Estado, com destaque para os Comitês de
186 Bacia Hidrográfica que tiveram sua participação bancada pela SEMA. Colocou que se vislumbrou a
187 necessidade de fortalecimento dos comitês de forma que os mesmos não sejam tão dependentes da
188 SEMA e possam exercer de forma plena suas atribuições e se estão buscando formas disto ocorrer.
189 Agradeceu ainda a toda a equipe que participou, em especial à Sibelle e à Lorena que se desdobraram
190 para que o mesmo ocorresse. A conselheira Sara Caporossi ponderou que para fortalecer os Comitês
191 é necessário disponibilizar um apoio jurídico ao mesmo, já que se verificam muitas dificuldades nos
192 mesmos neste sentido. O Secretario Executivo respondeu que está se buscando este apoio e também
193 padronizar a documentação dos comitês, como um padrão de regimento interno e outros documentos.
194 Colocou ainda que durante o Seminário se realizou a 2ª Reunião do Fórum Estadual do Comitês de
195 Bacia, onde foram entregues câmeras fotográficas, as quais fazem parte de um kit multimídia que
196 incluirá ainda um notebook e Datashow para cada Comitê, destacando que os mesmos já estão na
197 SEMA e deverão ser entregues na próxima reunião do Fórum. A Secretária do CEHIDRO informou aos
198 conselheiros que foi aprovado um plano de capacitação na reunião do CEHIDRO de março, e que se
199 esta dando andamento para o oferecimento dos cursos que estão elencados no mesmo, através de
00 termos de referência, e assim que se tiver uma data definida para a realização dos cursos será
01 informado. A conselheira Telma Monteiro parabenizou a equipe responsável pela realização do
02 seminário, colocando que sabe que um evento deste porte não é fácil de executar porém foi muito bem
03 feito. A Secretária do CEHIDRO colocou aos conselheiros que o Chamamento Público para o apoio
04 administrativo aos Comitês, relacionado ao Programa Procomitês, já foi finalizado e a entidade
05 ganhadora foi o Centro de Pesquisa do Pantanal, vinculado à UFMT, e que o mesmo já foi
06 homologado e esta em fase final para a assinatura do Termo de Colaboração. Ponderou ainda que a
07 iniciativa de formalizar um termo de colaboração foi repassar o recurso para uma OSCIP de forma que
08 a mesma pudesse atender às demandas dos comitês sem ter que atender à toda a burocracia exigida
09 em órgãos públicos, e assim viabilizar o atendimento das mesmas em tempo hábil. A conselheira
10 Débora Perozzo sugeriu que a 21ª Reunião da CTAS fosse agendada o mais rápido possível,
11 sugerindo no dia 19 de julho, para que se desse andamento nas demandas da mesma. O sr. José
12 Roberto colocou que nos dias 06 a 08 de novembro ocorrerá o XX Congresso Brasileiro de Águas
13 Subterrâneas em Campinas - SP, e que podem ser submetidos trabalhos até o dia 25 de julho. O
14 Secretario Executivo colocou que quando assumiu a Superintendência de Recursos Hídricos uma das
15 principais demandas era agilizar a outorga, porém não é possível se fazer um concurso para
16 contratação de pessoal, que é a maior demanda no setor no momento, mas estamos buscando

recurso financeiro para viabilizar um sistema de recursos hídricos onde as informações sejam digitalizadas, não atendendo somente à outorgas e autorizações de perfuração, mas também objetivando subsidiar segurança de barragens e outros instrumentos, de forma a dar maior fluxo aos mesmos, ao que o Presidente do CEHIDRO colocou eu recurso existe, sendo necessário formalizar a solicitação o quanto antes. O sr. José Roberto ponderou que existe a experiência do Estado de São Paulo, onde se mudou a responsabilidade na análise dos documentos, anteriormente era necessários e encaminhava uma série de documentos para solicitar outorga, agora exigem somente um documento e a responsabilidade pelas informações prestadas passa a ser totalmente do responsável técnico, o que facilita a disponibilização das informações. O Secretário Executivo ponderou que se tem que avaliar a viabilidade jurídica disso, de forma a amparar os técnicos da outorga em sua análise, mas a ideia fundamental é facilitar e também agilizar a emissão de documentos que não necessitem de uma análise técnica mais complexa. A conselheira Maurren Lazzaretti questionou o que houve com o sistema desenvolvido pela CDL, sendo respondida pelo Secretário Executivo que a informação repassada a ele foi que o sistema se baseava no SIMLAM Hidro, que é um sistema falho e que não suporta a demanda de hoje, ponderando eu a proposta é se fazer um sistema novo onde todas as informações serão migradas do SIMLAM Hidro, mas que não dependa do mesmo. O Presidente ponderou que será verificado como está este sistema desenvolvido pela CDL, e a possibilidade de se utilizar, porém que independente de ser um novo sistema ou não, o mesmo será desenvolvido para dar suporte a gestão de recursos hídricos. Nada mais havendo a declarar o Presidente encerrou a reunião às 15h 41min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.


ANDRE LUIZ TORRES BABY

Presidente do CEHIDRO


MURILO MORGANDI COVEZZI

Secretário Executivo do CEHIDRO

